

Brasil PCH S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Brasil PCH S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil PCH S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasil PCH S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Brasil PCH S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 (c) às demonstrações financeiras, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando-se os fatos e as circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Diferença de práticas contábeis entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à manutenção do saldo do ativo diferido conforme descrito na nota explicativa nº 3 (e) às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de março de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16			31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	9	115.325	109.824	148.692	138.158	Fornecedores		12	415	766	499
Contas a receber de clientes	10	-	-	55.848	43.745	Financiamentos - BNDES	18	-	-	82.691	82.118
Dividendos a receber	13 (c) e 14	182.900	168.947	-	-	Empréstimos - PETROS	19	133.801	127.272	133.801	127.272
Impostos a recuperar		5.684	4.356	7.079	5.687	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		159	120	1.611	1.320
Despesas antecipadas		22	22	1.618	1.775	Impostos e contribuições a recolher	21	7	8	2.290	5.419
Outros ativos circulantes		480	406	656	445	Provisão para férias e 13º salário		-	-	1.606	1.628
Total dos ativos circulantes		<u>304.411</u>	<u>283.555</u>	<u>213.893</u>	<u>189.810</u>	Dividendos a pagar	25 (c) e 14	65.135	46.721	65.135	46.721
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						Receita diferida	22	-	-	90.954	56.458
Ativos vinculados - BNDES	11	-	-	27.737	28.891	Provisão para contrato oneroso	24	5.822	16.023	5.822	16.023
Impostos e contribuições diferidas	28	-	-	8.931	7.679	Provisões para riscos	23	187	-	972	1.372
Impostos a recuperar		1.717	4.221	2.157	4.613	Provisões para compromissos futuros	20	-	-	3.211	3.162
Depósitos judiciais	12	1.265	752	11.769	11.998	Outros passivos		<u>1.509</u>	<u>1.688</u>	<u>1.652</u>	<u>1.784</u>
Investimentos	13	644.820	628.110	-	-	Total dos passivos circulantes		<u>206.632</u>	<u>192.247</u>	<u>390.511</u>	<u>343.776</u>
Imobilizado	15	21	35	1.076.252	1.113.461	PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Intangível	16	53	109	8.961	7.323	Financiamentos - BNDES	18	-	-	184.159	262.987
Diferido	17	<u>6.257</u>	<u>13.831</u>	-	-	Empréstimos - PETROS	19	436.843	518.672	436.843	518.672
Total dos ativos não circulantes		<u>654.133</u>	<u>647.058</u>	<u>1.135.807</u>	<u>1.173.965</u>	Provisão para contrato oneroso	24	33.863	49.846	33.863	49.846
						Provisões para compromissos futuros	20	-	-	29.205	32.261
						Provisões para riscos	23	1.265	229	1.435	445
						Total dos passivos não circulantes		<u>471.971</u>	<u>568.747</u>	<u>685.505</u>	<u>864.211</u>
						Total de passivos		<u>678.603</u>	<u>760.994</u>	<u>1.076.016</u>	<u>1.207.987</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
						Capital social		109.032	109.032	109.032	109.032
						Reservas de lucros		109.032	16.874	102.775	3.043
						Dividendos adicionais propostos		<u>61.877</u>	<u>43.713</u>	<u>61.877</u>	<u>43.713</u>
						Total do patrimônio líquido		279.941	169.619	273.684	155.788
TOTAL DOS ATIVOS		<u>958.544</u>	<u>930.613</u>	<u>1.349.700</u>	<u>1.363.775</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>958.544</u>	<u>930.613</u>	<u>1.349.700</u>	<u>1.363.775</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	26	-	-	390.922	374.634
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	15 e 16	-	-	(39.227)	(33.537)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 22 (b)	-	-	(15.896)	(15.939)
Custos com pessoal		-	-	(15.126)	(15.562)
Custos com manutenção		-	-	(9.867)	(8.537)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(5.438)	(5.112)
Custos com seguros		-	-	(2.703)	(2.860)
Custos com operação		-	-	(2.449)	(2.720)
Taxas setoriais		-	-	(815)	(854)
Custos com meio ambiente		-	-	(965)	(525)
Outros custos		-	-	(261)	(238)
Total do custo das vendas de energia		-	-	(92.747)	(85.884)
LUCRO BRUTO		-	-	298.175	288.750
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administradores		(1.074)	(1.468)	(8.705)	(7.475)
Administrativas e gerais		(166)	(137)	(2.414)	(2.875)
Amortização de despesas pré operacionais	17	(7.574)	(7.574)	-	-
Outras despesas		(291)	(357)	(2.095)	(2.670)
Reversão (perda) com contrato oneroso	24	19.767	(69.395)	19.767	(69.395)
Outras receitas	1.4 e 1.5	-	-	(395)	7.788
		10.662	(78.931)	6.158	(74.627)
Resultado de equivalência patrimonial	13	242.714	236.293	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		253.376	157.362	304.333	214.123
Despesas financeiras	27	(59.176)	(105.826)	(92.538)	(149.543)
Receitas financeiras	27	9.536	9.816	14.268	22.108
Total do resultado financeiro	27	(49.640)	(96.010)	(78.270)	(127.435)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		203.736	61.352	226.063	86.688
Corrente	28	-	-	(15.326)	(18.130)
Diferido	28	-	-	573	368
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28	-	-	(14.753)	(17.762)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		203.736	61.352	211.310	68.926
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ORDINÁRIA - R\$		2,16	0,65		
QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES		94.187.831	94.187.831		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Lucro líquido do exercício	203.736	61.352	211.310	68.926
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>203.736</u>	<u>61.352</u>	<u>211.310</u>	<u>68.926</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados controladora	Patrimônio Líquido Controladora	Prejuízos acumulados consolidado	Patrimônio Líquido Consolidado
			Reserva legal	Lucros retidos					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		109.032	13.806	-	56.276	-	179.114	(21.405)	157.709
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,60 por ação)		-	-	-	(56.276)	-	(56.276)	-	(56.276)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	61.352	61.352	7.574	68.926
Destinações:									
Reserva legal	25 (b) e (c)	-	3.068	-	-	(3.068)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,15 por ação)	25 (c)	-	-	-	-	(14.571)	(14.571)	-	(14.571)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,46 por ação)	25 (c)	-	-	-	43.713	(43.713)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		109.032	16.874	-	43.713	-	169.619	(13.831)	155.788
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,46 por ação)		-	-	-	(43.713)	-	(43.713)	-	(43.713)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	203.736	203.736	7.574	211.310
Destinações:									
Reserva legal	25 (b) e (c)	-	4.932	-	-	(4.932)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	25 (b) e (c)	-	-	87.226	-	(87.226)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,53 por ação)	25 (c)	-	-	-	-	(49.701)	(49.701)	-	(49.701)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,66 por ação)	25 (c)	-	-	-	61.877	(61.877)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>109.032</u>	<u>21.806</u>	<u>87.226</u>	<u>61.877</u>	<u>-</u>	<u>279.941</u>	<u>(6.257)</u>	<u>273.684</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL E CONSOLIDADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		203.736	61.352	226.063	86.688
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	15, 16 e 31	65	-	3.537	(7.794)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	18 e 19	51.881	104.522	83.374	145.301
Atualização financeira sobre ativos vinculados e depósitos judiciais	27	-	-	(2.340)	(8.419)
Atualização financeira sobre contrato oneroso	24	7.225	1.298	7.225	1.298
Atualização financeira sobre compromissos futuros	20	-	-	1.619	1.514
Depreciação e amortização	15 e 16	5	143	39.232	33.680
Amortização do ativo diferido	17	7.574	7.574	-	-
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	22 (b)	-	-	15.896	15.939
Equivalência patrimonial	13	(242.714)	(236.293)	-	-
Constituição do ajuste MRE e garantia física	22	-	-	18.600	15.805
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE		-	-	(679)	(436)
(Reversão) constituição da provisão para contrato oneroso	24	(19.767)	69.181	(19.767)	69.181
Reversão de provisões para compromissos futuros	20 e 31	-	-	(311)	-
Provisão para riscos	23	1.223	-	590	668
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		-	-	(12.103)	(16.315)
Impostos a recuperar		1.176	(2.316)	1.064	(3.279)
Despesas antecipadas		-	(4)	157	(221)
Outros ativos circulantes		(74)	194	(209)	(47)
Depósitos judiciais		(513)	(479)	(2.134)	-
Fornecedores		(403)	(195)	267	(1.356)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		39	-	291	197
Impostos e contribuições a recolher		(1)	-	(10.209)	218
Provisão de férias e 13º salário		-	-	(22)	101
Receita diferida	22	-	-	-	(3.145)
Pagamento contrato oneroso	24	(12.612)	(21.605)	(12.612)	(21.605)
Pagamento compromissos futuros	20	-	(86)	(1.930)	(2.638)
Outros passivos		(1.209)	534	(1.162)	283
Caixa gerado nas operações		(4.369)	(16.180)	334.437	305.618
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Dividendos recebidos	13 (c)	212.051	176.108	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	18 e 19	(99.181)	(83.532)	(127.674)	(119.176)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(8.246)	(14.611)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		108.501	76.396	198.517	171.831
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Constituição de depósitos judiciais		-	-	-	(1.027)
Resgate de aplicações financeiras de ativos vinculados - BNDES		-	-	3.782	5.731
Aquisição de imobilizado e intangível	15, 16 e 31	-	-	(7.510)	(2.719)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		-	-	(3.728)	1.985
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Dividendos pagos	25 (c)	(75.000)	(50.000)	(75.000)	(50.000)
Financiamentos e empréstimos pagos	18 e 19	(28.000)	(28.000)	(109.255)	(108.203)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(103.000)	(78.000)	(184.255)	(158.203)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.501	(1.604)	10.534	15.613
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício		109.824	111.428	138.158	122.545
No fim do exercício		115.325	109.824	148.692	138.158
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.501	(1.604)	10.534	15.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasil PCH S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Brasil PCH") constituída em 23 de março de 2005, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, por meio da PCHPAR Participações S.A., participando com 100% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs, em conjunto com sua controladora denominada de "Grupo Brasil PCH" ou "Grupo"), com 291,5 MW de potência instalada, *autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos*.

A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada à administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A comercialização da energia gerada pelas 13 controladas indiretas se dá por meio de contratos de compra e venda com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a ELETROBRAS adquire a totalidade da energia produzida e representa as empresas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- Funil Energia S.A. ("Funil")

A PCH Funil está localizada no rio Guanhães, no Município de Dolores do Guanhães (MG). Tem capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física de 14,54 MWm. Iniciou sua operação comercial em 05 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

A Funil ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME 463/2009. Em 23 de novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física que, por meio da Portaria MME 383/2015, retornou de 13,09 para 14,54 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2018 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- São Joaquim Energia S.A. ("São Joaquim")

A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES). Tem capacidade instalada de 21 MW e garantia física de 13,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de outubro de 2030.

- Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé")

A PCH Santa Fé I está localizada no rio Paraibuna, no Município de Três Rios (RJ). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 26,10 MWm. Iniciou sua operação comercial em 09 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 05 de novembro de 2032.

- Carangola Energia S.A. ("Carangola")

A PCH Carangola está localizada no rio Carangola, no Município de Carangola (MG). Tem capacidade instalada de 15 MW e garantia física de 9,57 MWm. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

- Jataí Energética S.A. ("Jataí")

A PCH Jataí está localizada no rio Claro, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 20,35 MWm. Iniciou sua operação comercial em 30 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032. Em 14 de junho de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 38, revisando o valor da garantia física da PCH de 19,25 MWm para os atuais 20,35 MWm, passando esse montante a vigor a partir de 14 de junho de 2012.

- Bonfante Energética S.A. ("Bonfante")

A PCH Bonfante está localizada no rio Paraibuna, no município de Simão Pereira (MG). Tem capacidade instalada de 19 MW e garantia física de 13,48 MWm. Iniciou sua operação comercial em 02 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,17 para 13,48 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2018 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- Irara Energética S.A. ("Irara")

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no Município de Aparecida do Rio Doce (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 18,21 MWm. Iniciou sua operação comercial em 06 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.

- Calheiros Energia S.A. ("Calheiros")

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabapoana, no Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ). Tem capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física de 10,92 MWm. Iniciou sua operação comercial em 12 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.

- Caparaó Energia S.A. ("Caparaó")

A PCH Fumaça IV está localizada no rio Preto, no Município de Dorcas do Rio Preto (ES). Tem capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física de 2,61 MWm. Iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original passando de 2,36 para 2,61 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2018 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- Monte Serrat Energética S.A. ("Monte Serrat")

A PCH Monte Serrat está localizada no rio Paraibuna, no Município de Comendador Levy Gasparian (RJ). Tem capacidade instalada de 25 MW e garantia física de 18,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 13 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,37 para 18,28 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2018 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- São Simão Energia S.A. ("São Simão")

A PCH São Simão está localizada no rio Itapemirim, no Município de Alegre (ES). Tem capacidade instalada de 27 MW e garantia física de 15,20 MWm. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

- São Pedro Energia S.A. ("São Pedro")

A PCH São Pedro está localizada no rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins (ES). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 18,41 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,49 para 18,41 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2018 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- Retiro Velho Energética S.A. ("Retiro Velho")

A PCH Retiro Velho está localizada no rio da Prata, no Município de Aporé (GO). Tem capacidade instalada de 18 MW e garantia física de 13,15 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032. Em 10 de maio de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 28, revisando o valor da Garantia Física da PCH de 11,06 para os atuais 13,15 MWm, passando esse montante a vigor a partir de 10 de maio de 2012.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,49 para 13,15 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2018 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

As informações sobre capacidade instalada e em operação e energia anual assegurada das controladas da Brasil PCH, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, os números mostram no consolidado capital circulante líquido negativo, no montante de R\$176.618 (R\$153.966 em 31 de dezembro de 2016). No entanto, a Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas junto a instituições financeiras, decorrentes de empréstimos e financiamentos, e junto a ELETROBRAS, decorrente do ajuste MRE, sendo que estas obrigações estão atualizadas e refletem as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia - MRE - Consolidado

Todas as controladas do Grupo Brasil PCH fizeram opção por participar com suas PCHs do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas à ELETROBRAS, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das Companhias no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Os ajustes referentes aos exercícios de 2015 e 2016, inicialmente previstos para incidirem nos anos de 2016 e 2017, respectivamente, ainda não foram efetivados devido à liminar obtida pela ELETROBRAS que, indiretamente, protege todas as usinas do PROINFA e, conseqüentemente, o Grupo Brasil PCH. Para o exercício de 2018 estima-se que a ELETROBRAS irá reter do faturamento da Companhia o montante total de R\$100.353 (R\$95.362 em 31 de dezembro de 2016), referente a exposição ao contrato PROINFA e R\$23.170 (R\$13.601 em 31 de dezembro de 2016) referente às trocas de energia no âmbito do MRE para as competências dos exercícios de 2015, 2016 e 2017.

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico - Consolidado

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688/2015, o governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico referente à todas as PCHs do Grupo, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia.

O pagamento referente ao risco hidrológico de 2015 das PCHs será tratado, conforme a lei 13.203/15, como adiantamento do prêmio de seguro para pagamento até 30 de junho de 2020. O montante da exposição ao contrato repactuado, líquido do prêmio na data base de 31 de dezembro de 2017, é de R\$52.622 (R\$63.527 em 31 de dezembro de 2016). Este montante será reconhecido no ativo como despesa antecipada quando pago e será apropriado ao resultado como prêmio de seguro na linha de custo das vendas de energia de forma linear no resultado até junho de 2020.

Até 31 de dezembro de 2017, os ajustes financeiros do exercício de 2015 ainda não foram retidos pela ELETROBRAS do faturamento e, por isso, não há o reconhecimento da despesa antecipada. A Companhia possui a expectativa que a retenção das exposições do exercício de 2015 iniciará partir de 2018.

No exercício de 2017, foi reconhecido no resultado o montante de R\$15.896 (R\$15.939 em 2016), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo das vendas de energia.

Os impactos da repactuação acumulados em cada um dos anos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ajuste GSF (repactuação risco hidrológico)	(100.353)	(95.362)
(+) Prêmio de risco incorrido (ver nota 22 (a))	<u>47.731</u>	<u>31.835</u>
(=) impacto acumulado repactuação líquido do prêmio	<u>(52.622)</u>	<u>(63.527)</u>

1.3. Revisão da Garantia Física

Em 23 de junho de 2015 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da ABRAGEL de suspensão das portarias do MME que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria MME nº 463/2009. O Ministério Minas e Energia ("MME") restabeleceu, por meio da Portaria 267/2015, as garantias físicas das PCHs aos seus montantes originais, bem como suspendeu o mecanismo automático de revisão extraordinária de garantia física previsto para todas as PCHs da Companhia, em exceção da PCH Funil.

Em 23 novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo, por meio da Portaria MME 383/2015, o montante original de sua garantia física.

Em paralelo aos processos judiciais, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2018 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

Em função das garantias físicas estarem vigentes em seus montantes originais devido a decisões liminares, os contratos PROINFA retornaram nos montantes originais de energia contratada, e a Companhia está realizando a provisão no valor de R\$20.053, conforme divulgado na nota explicativa nº 22 (c), para resguardar a hipótese de perda na demanda e consequentemente ajuste no faturamento da Companhia no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

1.4. Sinistro PCHs Bonfante Energética S.A., Monte Serrat Energética S.A. e Santa Fé Energética S.A.

A unidade geradora da Bonfante ficou indisponível no final de 2012, devido a verificação de danos no multiplicador de velocidade. Em abril de 2013, a unidade geradora retomou parcialmente a produção, após reparos no multiplicador de velocidade. Em novembro de 2013, houve nova interrupção da unidade em função da substituição de algumas peças, retomando a produção em janeiro de 2014, entretanto, em seguida havendo nova paralisação para correção de vazamento no circuito da unidade hidráulica de regulação - UHR, devidamente sanada em janeiro de 2014.

A unidade geradora II da Monte Serrat ficou indisponível no final de 2013, devido a verificação de danos na grade de proteção da unidade geradora II, sendo a produção retomada em fevereiro de 2014.

A unidade geradora II da Santa Fé ficou indisponível no decorrer do exercício de 2016, devido a verificação de danos no estator do gerador, sendo a produção retomada em agosto de 2016.

No dia 15 de novembro de 2017, a geração da unidade II da PCH Monte Serrat foi interrompida devido à constatação de ruído anormal e atuação da proteção de vibração axial do multiplicador de velocidade. Com a constatação da avaria no Pinhão Solar do Multiplicador de Velocidade da referida unidade em dezembro de 2017 foram tomadas as medidas necessárias para os reparos, sendo a previsão de retomada da produção para o mês de janeiro de 2018.

Em contrapartida dos sinistros ocorridos nas PCHs do Grupo, a Companhia reconheceu um ganho de R\$2.055 (R\$7.733 em 31 de dezembro de 2016) e reconheceu a baixa líquida no montante de R\$173, registrados na rubrica de outras receitas no resultado do exercício. O respectivo ganho é referente ao recebimento final de indenizações por parte da seguradora com relação ao sinistro ocorrido na PCH Bonfante, que montam em R\$12.502 (R\$10.002 em 31 de dezembro de 2016), sendo que em 31 de dezembro de 2016 o custo histórico líquido das depreciações dos respectivos ativos danificados representava o montante de R\$2.269. A baixa do ativo imobilizado está relacionada ao sinistro ocorrido no multiplicador de velocidade da PCH Monte Serrat.

Importante mencionar que a Administração da Companhia já iniciou o processo de regulação junto à seguradora acerca do montante a ser indenizado referente ao sinistro envolvendo a unidade geradora II de Monte Serrat.

1.5. Transferência de ativos regulatórios

Conforme resolução normativa da ANEEL -506/2012, em 2017 a PCH Santa Fé Energética S.A. realizou a transferência da Subestação SE Integração para a empresa Light Serviços de Eletricidade S.A, resultando uma baixa no valor residual de R\$2.277 no ativo imobilizado, reconhecido no resultado na rubrica de outras receitas (despesas).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- a) As demonstrações financeiras individuais elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").
- b) As demonstrações financeiras consolidadas elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A reconciliação do patrimônio líquido e do resultado entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao ativo diferido reconhecido conforme nota explicativa 3 (e) está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
<u>Patrimônio líquido</u>		
Saldo da controladora	279.941	169.619
Ativo diferido da controladora baixado para fins de consolidação	<u>(6.257)</u>	<u>(13.831)</u>
Saldo do consolidado	<u>273.684</u>	<u>155.788</u>
<u>Resultado</u>		
Lucro líquido do exercício - Controladora	203.736	61.352
Reversão da amortização do diferido	<u>7.574</u>	<u>7.574</u>
Lucro líquido do exercício - Consolidado	<u>211.310</u>	<u>68.926</u>

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida;
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada ou cancelada.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar e outros passivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

(iv) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

(b) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido das depreciações acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Considerando a conclusão das obras e o início das operações em março de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia e suas controladas mantiveram o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(c) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos da Lei 12.783/2013 e do Decreto 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide Nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

(d) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 16, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

(e) Diferido

Registrado ao custo de formação. Na Companhia, a amortização é calculada de forma proporcional em relação a cada controlada indireta (PCHs), desde a data do início de suas operações pelo prazo de dez anos, com previsão final de amortização para o ano de 2018.

A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização. Em atendimento ao CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, que determina que para fins de demonstrações consolidadas, o efeito da manutenção dos saldos de ativo diferido deve ser eliminado contra as reservas de lucros.

(f) Valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(g) Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

(h) Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo da vida do contrato.

(i) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(j) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia e suas controladas.

(k) Receita diferida

Os Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre as controladas indiretas e a ELETROBRAS, estabelecem que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

(l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimos e financiamentos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

(m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e da controlada direta PCHPAR Participações S.A. são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O regime fiscal adotado pelas controladas indiretas foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

(n) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

(o) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

(p) Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisadosNormas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

As práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards* - IFRSs") novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção desses CPCs novos e revisados, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

Pronunciamento	Descrição
- Alterações ao CPC 26 - Alterações ao CPC 36, CPC 45 e CPC 18 - Alterações ao CPC 27 e CPC 04	- Iniciativa de Divulgação - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

- Melhorias Anuais
- IFRS 9
- IFRS 15
- IFRS 16
- Alterações ao CPC 03
- Ciclo de IFRSs 2014-2017 (a) (b)
- Instrumentos Financeiros (a)
- Receitas de Contratos com Clientes (a)
- Arrendamentos (b)
- Iniciativa de Divulgação (c)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, sendo permitida a adoção antecipada.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas demonstrações financeiras da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos acima.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas indiretas a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 10.

- Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 85% a 101% do CDI, conforme apresentado na nota explicativa nº 9. A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de financiamentos obtidos pelas suas controladas indiretas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (TJLP - índice de reajuste do contrato) e pela Companhia junto a Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS (IGP-M - índice de reajuste do contrato) conforme apresentado nas notas explicativas nº 18 e 19, respectivamente.

Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na nota explicativa nº 29.

- Risco operacional

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas indiretas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indiretas da Companhia contrataram cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme nota explicativa nº 30.

- Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas utilizam o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

A Companhia e suas controladas não possuem operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

A Companhia e suas controladas indiretas possuem empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de vencimentos dos financiamentos, detalhada na nota explicativa nº 18.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia possui capital circulante líquido negativo visto que suas obrigações estão atualizadas e refletem as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas.

Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo Brasil PCH deve quitar as respectivas obrigações.

Instrumentos a taxa de jurosControladora

	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	12	-	-	12
Empréstimos (PETROS) - Principal e Encargos	68.386	72.873	613.258	754.517
Outros passivos	<u>1.509</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.509</u>
	<u>69.907</u>	<u>72.873</u>	<u>613.258</u>	<u>756.038</u>

Consolidado

	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	766	-	-	766
Financiamentos (BNDES) - Principal e encargos	26.360	76.885	207.190	310.435
Empréstimos (PETROS) - Principal e encargos	68.386	72.873	613.258	754.517
Outros passivos	<u>1.652</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.652</u>
Total	<u>97.164</u>	<u>149.758</u>	<u>820.448</u>	<u>1.067.370</u>

- Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

- Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as do Grupo Brasil PCH, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 as controladas indiretas realizaram a opção pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio. Dessa forma, as controladas indiretas mitigaram suas eventuais exposições contratuais.

5. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

PCH	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada (MW)
Bonfante	357	28/08/2001	30 anos	19
Carangola	356	23/12/1999	30 anos	15
Calheiros	12	14/01/2000	30 anos	19,5
Caparaó	369	30/12/1999	30 anos	4,5
Funil	361	23/12/1999	30 anos	22,5
Irara	525	25/09/2002	30 anos	30
Jataí	741	19/12/2002	30 anos	30
Monte Serrat	356	28/08/2001	30 anos	25
Retiro Velho	626	13/11/2002	30 anos	18
Santa Fé	608	06/11/2002	30 anos	30
São Joaquim	404	19/10/2000	30 anos	21
São Pedro	604	19/11/2003	30 anos	30
São Simão	84	23/03/2001	30 anos	27

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - PROINFA

PCH	Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do Contrato (milhões de reais)	Energia anual contratada - MWh	Preço histórico - MWh	Preço atualizado - MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ELETOBRAS	R\$281.272	115.893	121,35	255,40	jul.-08	jul-28	IGP-M	junho
Carangola	ELETOBRAS	R\$202.548	83.456	121,35	255,40	mai-08	abr-28	IGP-M	junho
Calheiros	ELETOBRAS	R\$228.228	94.037	121,35	255,40	set-08	set-28	IGP-M	junho
Caparaó	ELETOBRAS	R\$54.054	22.272	121,35	255,40	jul-08	jul-28	IGP-M	junho
Funil	ELETOBRAS	R\$302.441	124.615	121,35	255,40	mai-08	mai-28	IGP-M	junho
Irara	ELETOBRAS	R\$379.529	156.378	121,35	255,40	jul-08	jul-28	IGP-M	junho
Jataí	ELETOBRAS	R\$423.293	174.410	121,35	255,40	jun-08	jun-28	IGP-M	junho
Monte Serrat	ELETOBRAS	R\$379.134	156.215	121,35	255,40	jun-09	jun-29	IGP-M	junho
Retiro Velho	ELETOBRAS	R\$275.484	113.508	121,35	255,40	jun-09	jun-29	IGP-M	junho
Santa Fé	ELETOBRAS	R\$546.810	225.303	121,35	255,40	jul-08	jun-28	IGP-M	junho
São Joaquim	ELETOBRAS	R\$280.619	115.624	121,35	255,40	mai-08	mai-28	IGP-M	junho
São Pedro	ELETOBRAS	R\$387.888	159.822	121,35	255,40	jun-09	jun-29	IGP-M	junho
São Simão	ELETOBRAS	R\$319.677	131.717	121,35	255,40	jun-09	jun-29	IGP-M	junho

(*) Base junho/2017.

7. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível e ativo diferido.

- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Provisões para riscos: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE, registrados nas empresas controladas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Controladora não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, visto que não há evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

- (vi) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas 1.1 e 1.3 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE.
- (vii) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 29 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.
- (viii) Provisão para contrato oneroso: os contratos onerosos são reconhecidos quando os custos do contrato excedem os benefícios econômicos destes contratos. A nota explicativa nº 24 oferece informações detalhadas sobre as premissas utilizadas para determinação do valor dos contratos onerosos.

8. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, da sua controlada direta PCHPAR Participações S.A. e as de suas controladas indiretas: Bonfante, Calheiros, Caparaó, Carangola, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão; nas quais a participação no capital é de 100%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas.
- Eliminação do ativo diferido em contrapartida da reserva de lucros.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada direta são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Bancos	5	6	16	152
Aplicações financeiras	115.320	109.818	148.676	138.006
	<u>115.325</u>	<u>109.824</u>	<u>148.692</u>	<u>138.158</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB-DI e Fundo de Renda Fixa- DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 85% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia e suas controladas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$55.848 em 31 de dezembro de 2017 (R\$43.745 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - ELETROBRAS, inexistindo contas a receber vencidas na data das demonstrações financeiras.

11. ATIVOS VINCULADOS - BNDES (CONSOLIDADO)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira, no Fundo BB Comercial 17, com taxas que variaram entre 95% e 98%, do CDI, e baixo risco junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta será utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo apresentado é R\$27.737 (R\$28.891 em 31 de dezembro de 2016).

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Tributários (a)	1.265	752	1.265	752
Desapropriações e servidões (b)	-	-	10.504	11.246
Total	<u>1.265</u>	<u>752</u>	<u>11.769</u>	<u>11.998</u>

- (a) Refere-se à contingência tributária relativo ao PIS/ COFINS sobre receitas financeiras referente ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto 8.426/15.
- (b) Algumas controladas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou direito permanente de uso por servidão. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão.

Quando a posse definitiva ou o direito de uso desses terrenos for legalmente transferida para as controladas da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas.

13. INVESTIMENTOS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de participação da PCHPAR Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 100% de participação, as 13 PCHs.

Movimentação dos saldos

	Controladora	
	31/12/17	31/12/16
No início do exercício	628.110	595.394
Dividendos adicionais aprovados	(168.359)	(147.457)
Dividendos mínimos obrigatórios	(57.645)	(56.120)
Equivalência patrimonial	242.714	236.293
No fim do exercício	<u>644.820</u>	<u>628.110</u>

(a) Informações da controlada direta

Os principais saldos patrimoniais da PCHPAR Participações S.A. em 2017 e 2016 são apresentados como segue:

	31/12/17	31/12/16
Ativo circulante	129.952	116.043
Ativo não circulante:	697.855	681.099
Investimentos	697.415	681.099
Outros	440	-
Passivo circulante	182.987	169.032
Patrimônio líquido	644.820	628.110
Quantidade de ações	327.813.400	327.813.400

Os principais saldos de resultado da PCHPAR Participações S.A. em 2017 e 2016 são apresentados como segue:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Lucro antes do resultado financeiro	242.652	236.206
Lucro antes dos impostos	242.720	236.296
Lucro líquido	242.714	236.293

(b) Informações das controladas indiretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas em 2017 e 2016 são apresentados como segue:

	<u>31/12/2017</u>				
	<u>Ativos circulantes</u>	<u>Ativos não circulantes</u>	<u>Passivos circulantes</u>	<u>Passivos não circulantes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Bonfante	4.162	83.837	27.945	14.989	45.064
Calheiros	3.449	68.966	21.971	14.626	35.548
Caparaó	1.658	21.614	5.225	2.765	15.282
Carangola	3.189	50.931	14.447	8.424	31.249
Funil	9.075	73.370	26.072	11.526	44.846
Irara	5.581	107.276	30.328	24.148	58.381
Jataí	6.250	103.874	32.803	19.086	58.235
Monte Serrat	7.488	115.648	28.414	24.052	70.671
Retiro Velho	5.690	99.066	19.445	15.583	69.729
Santa Fé	15.466	130.198	31.141	29.829	84.693
São Joaquim	9.638	66.977	19.454	10.998	46.163
São Pedro	16.179	116.818	30.587	18.016	84.394
São Simão	4.783	94.009	26.140	19.491	53.160

	<u>31/12/2016</u>				
	<u>Ativos circulantes</u>	<u>Ativos não circulantes</u>	<u>Passivos circulantes</u>	<u>Passivos não circulantes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Bonfante	4.430	85.376	22.720	20.877	46.209
Calheiros	3.701	70.917	19.798	20.376	34.444
Caparaó	845	22.237	4.157	4.034	14.891
Carangola	3.262	52.728	13.571	12.516	29.903
Funil	4.781	75.632	18.949	17.618	43.846
Irara	5.879	109.979	27.705	32.277	55.876
Jataí	6.753	107.193	29.867	26.660	57.419
Monte Serrat	5.932	119.503	24.111	31.942	69.382
Retiro Velho	4.847	104.652	17.868	22.526	69.105
Santa Fé	13.322	134.611	26.381	38.724	82.828
São Joaquim	6.479	69.011	15.237	16.107	44.146
São Pedro	9.307	120.353	22.431	25.134	82.095
São Simão	5.838	96.264	23.836	27.311	50.955

Os principais saldos de resultado das controladas indiretas em 2017 e 2016 são apresentados como segue:

	31/12/2017				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	25.572	19.388	21.110	18.984	17.393
Calheiros	22.200	15.851	15.329	13.339	12.539
Caparaó	4.901	3.330	3.289	2.844	2.689
Carangola	19.728	14.610	14.084	12.764	12.086
Funil	26.037	19.701	19.027	17.218	16.286
Irara	37.901	29.252	28.695	25.666	24.343
Jataí	42.277	31.224	30.067	27.206	25.758
Monte Serrat	36.846	28.106	27.521	24.209	22.902
Retiro Velho	26.551	18.521	18.161	15.895	14.932
Santa Fé	54.705	45.054	38.113	35.089	33.016
São Joaquim	27.144	21.664	21.059	19.642	18.642
São Pedro	35.799	27.883	26.723	24.406	23.047
São Simão	31.260	23.590	22.959	20.177	19.059

	31/12/2016				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	24.399	18.783	25.286	22.706	20.220
Calheiros	21.214	15.691	15.064	12.755	11.869
Caparaó	4.659	3.101	3.038	2.500	2.330
Carangola	18.792	13.620	13.203	11.869	11.046
Funil	26.439	20.324	19.423	17.049	16.025
Irara	35.922	27.639	27.115	24.225	22.536
Jataí	40.220	31.876	30.755	27.538	25.975
Monte Serrat	35.175	27.573	28.090	24.553	22.700
Retiro Velho	25.351	18.389	18.333	16.262	15.105
Santa Fé	52.448	42.008	37.512	35.101	32.634
São Joaquim	26.002	20.491	20.032	18.172	17.118
São Pedro	34.371	26.856	25.978	22.763	21.437
São Simão	29.642	22.399	21.739	18.562	17.301

(c) Dividendos a receber

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	141.478
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	203.577
Dividendos recebidos	<u>(176.108)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	168.947
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	226.004
Dividendos recebidos	<u>(212.051)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>182.900</u>

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Ativo circulante - outras contas a receber	480	406	-	-
	<u>480</u>	<u>406</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo circulante - dividendos a receber				
PCHPAR Participações S.A.	182.900	168.947	-	-
	<u>182.900</u>	<u>168.947</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo circulante - dividendos a pagar				
Chipley SP Participações S.A.	33.219	23.828	33.219	23.828
Eletroriver S.A.	22.341	16.026	22.341	16.026
BSB Energética S.A.	9.575	6.867	9.575	6.867
Total	<u>65.135</u>	<u>46.721</u>	<u>65.135</u>	<u>46.721</u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2017 a remuneração da administração foi de R\$1.170 (R\$1.650 em 31 de dezembro de 2016).

15. IMOBILIZADO

(a) Composição do imobilizado

Descrição	Taxa Depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Terrenos		-	-	38.198	74.877
Turbina hidráulica	2,50%	-	-	135.678	132.121
Conduto forçado	3,13%	-	-	34.554	32.693
Gerador	3,33%	-	-	80.589	77.307
Comporta	3,33%	-	-	25.213	22.855
Subestação unitária	3,57%	-	-	51.254	54.576
Estrutura de tensão	3,57%	-	-	22.278	22.354
Casa de força produção hidráulica	2,00%	-	-	366.804	374.540
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	-	-	260.582	265.039
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	304	-
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	21	35	60.798	57.099
Total		<u>21</u>	<u>35</u>	<u>1.076.252</u>	<u>1.113.461</u>

(b) Movimentação do imobilizado - consolidado

<u>Custo</u>	<u>31/12/16</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>31/12/17</u>
Terrenos	74.877	2.179	(1.621)	(37.237)	38.198
Turbina hidráulica	163.723	943	(208)	8.088	172.546
Conduto forçado	43.989	-	-	3.985	47.974
Gerador	105.607	902	(317)	7.670	113.862
Comporta	31.248	-	-	4.247	35.495
Subestação unitária	77.400	-	(843)	-	76.557
Estrutura de tensão	30.102	-	-	1.272	31.374
Casa de força produção hidráulica	446.458	1.437	(294)	-	447.601
Reservatório, barragem, adutora	314.511	2.073	(437)	-	316.147
Adiantamento a fornecedores	-	304	-	-	304
Outras maquinas e equipamentos	80.889	598	(2.496)	9.637	88.628
	<u>1.368.804</u>	<u>8.436</u>	<u>(6.216)</u>	<u>(2.338)</u>	<u>1.368.686</u>
<u>(-) Depreciação</u>	<u>31/12/16</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/17</u>
Turbina hidráulica	(31.602)	(5.313)	47	-	(36.868)
Conduto forçado	(11.296)	(2.124)	-	-	(13.420)
Gerador	(28.300)	(5.061)	88	-	(33.273)
Comporta	(8.393)	(1.889)	-	-	(10.282)
Subestação unitária	(22.824)	(2.759)	280	-	(25.303)
Estrutura de tensão	(7.748)	(1.348)	-	-	(9.096)
Casa de força produção hidráulica	(71.918)	(8.936)	57	-	(80.797)
Reservatório, barragem, adutora	(49.472)	(6.161)	68	-	(55.565)
Outras maquinas e equipamentos	(23.790)	(4.996)	956	-	(27.830)
	<u>(255.343)</u>	<u>(38.587)</u>	<u>1.496</u>	<u>-</u>	<u>(292.434)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>1.113.461</u>	<u>(30.151)</u>	<u>(4.720)</u>	<u>(2.338)</u>	<u>1.076.252</u>

(*) Transferências entre ativo imobilizado para o ativo intangível.

<u>Custo</u>	<u>31/12/15</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>31/12/16</u>
Terrenos	66.863	7.935	-	79	74.877
Turbina hidráulica	155.561	8.301	(139)	-	163.723
Conduto forçado	43.884	105	-	-	43.989
Gerador	105.127	480	-	-	105.607
Comporta	31.240	1.269	(1.261)	-	31.248
Subestação unitária	77.362	38	-	-	77.400
Estrutura de tensão	30.101	1	-	-	30.102
Casa de força produção hidráulica	445.541	397	(1.034)	1.554	446.458
Reservatório, barragem, adutora	317.815	276	(3.580)	-	314.511
Adiantamento a fornecedores	3.334	-	(1.780)	(1.554)	-
Outras maquinas e equipamentos	80.181	745	(37)	-	80.889
	<u>1.357.009</u>	<u>19.547</u>	<u>(7.831)</u>	<u>79</u>	<u>1.368.804</u>

<u>(-) Depreciação</u>	<u>31/12/15</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/16</u>
Turbina hidráulica	(27.534)	(4.094)	26	-	(31.602)
Conduto forçado	(9.923)	(1.373)	-	-	(11.296)
Gerador	(25.070)	(3.815)	585	-	(28.300)
Comporta	(7.645)	(772)	24	-	(8.393)
Subestação unitária	(20.062)	(2.762)	-	-	(22.824)
Estrutura de tensão	(6.673)	(1.075)	-	-	(7.748)
Casa de força produção hidráulica	(63.223)	(8.917)	222	-	(71.918)
Reservatório, barragem, adutora	(43.331)	(6.141)	-	-	(49.472)
Outras máquinas e equipamentos	(20.597)	(3.193)	-	-	(23.790)
	<u>(224.058)</u>	<u>(32.142)</u>	<u>857</u>	<u>-</u>	<u>(255.343)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>1.132.951</u>	<u>(12.595)</u>	<u>(6.974)</u>	<u>79</u>	<u>1.113.461</u>

(*) Transferências entre ativo imobilizado para o ativo intangível.

16. INTANGÍVEL

(a) Composição do intangível

<u>Descrição</u>	<u>Taxa amortização</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Software	20%	53	109	463	468
Medidas compensatórias-licença de operação	10 a 25%	-	-	2.752	3.216
Servidões				2.160	-
Indenização de terras		-	-	2.276	2.837
Legalização de terras		-	-	1.310	802
Total		<u>53</u>	<u>109</u>	<u>8.961</u>	<u>7.323</u>

(b) Movimentação do intangível – consolidado

2017

<u>Custo</u>	<u>31/12/16</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>31/12/17</u>
Software	1.612	170	(3)	-	1.779
Medidas compensatórias	10.329	532	(523)	-	10.338
Servidões	-	-	-	2.160	2.160
Indenização de terras	2.837	-	(561)	-	2.276
Legalização de terras	802	330	-	178	1.310
Subtotal	<u>15.580</u>	<u>1.032</u>	<u>(1.087)</u>	<u>2.338</u>	<u>17.863</u>
<u>(-) Amortização</u>	<u>31/12/16</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/17</u>
Software	(1.144)	(172)	-	-	(1.316)
Medidas compensatórias	(7.113)	(473)	-	-	(7.586)
Subtotal	<u>(8.257)</u>	<u>(645)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.902)</u>
Total do intangível líquido	<u>7.323</u>	<u>387</u>	<u>(1.087)</u>	<u>2.338</u>	<u>8.961</u>

(*) Transferências entre ativo imobilizado para o ativo intangível.

Em 2017 a controlada Santa Fé Energia S.A. reconheceu diretamente no custo de amortização parte da alteração das estimativas das medidas compensatórias, conforme nota explicativa nº 20, que excederam o custo de aquisição do intangível. O montante reconhecido diretamente no resultado foi de R\$311.

2016

Custo	31/12/15	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/16
Software	1.473	139	-	-	1.612
Medidas compensatórias	14.562	-	(4.233)	-	10.329
Indenização de terras	8.781	-	(5.865)	(79)	2.837
Legalização de terras	802	-	-	-	802
Subtotal	<u>25.618</u>	<u>139</u>	<u>(10.098)</u>	<u>(79)</u>	<u>15.580</u>
(-) Amortização	31/12/15	Adições	Baixas	Transferências	31/12/16
Software	(904)	(246)	6	-	(1.144)
Medidas compensatórias	(5.821)	(1.292)	-	-	(7.113)
Subtotal	<u>(6.725)</u>	<u>(1.538)</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>(8.257)</u>
Total do intangível líquido	<u>18.893</u>	<u>(1.399)</u>	<u>(10.092)</u>	<u>(79)</u>	<u>7.323</u>

(*) Transferências entre ativo imobilizado para o ativo intangível.

17. DIFERIDO

Diferido	Taxa amortização	Controladora	
		31/12/17	31/12/16
Encargos financeiros	10%	75.735	75.735
Amortização acumulada		<u>(69.478)</u>	<u>(61.904)</u>
Total		<u>6.257</u>	<u>13.831</u>

Os encargos financeiros referem-se aos juros e às atualizações monetárias dos empréstimos obtidos pela Companhia especificamente para financiar os projetos das PCHs. Inicialmente, o projeto de construção das PCHs foi elaborado considerando que essas seriam filiais da Brasil PCH S.A. e não empresas individuais, portanto, os empréstimos foram negociados diretamente pela Companhia.

18. FINANCIAMENTOS – BNDES

	Indexador	Consolidado	
		31/12/17	31/12/16
BNDES:	TJLP + 3,5% a.a.		
Principal		265.775	343.715
Encargos		<u>1.075</u>	<u>1.390</u>
		<u>266.850</u>	<u>345.105</u>
Circulante		82.691	82.118
Não circulante		<u>184.159</u>	<u>262.987</u>
		<u>266.850</u>	<u>345.105</u>

Em 13 de abril de 2006, visando buscar recursos para implementação do projeto, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, com a primeira paga em 17 de novembro de 2008 e a última com vencimento em 16 de agosto de 2021, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados da dívida divididos pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2019	84.677
2020	80.499
2021	18.983
	<u>184.159</u>

Movimentação dos financiamentos

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Saldo inicial	345.105	420.173
Encargos provisionados	31.493	40.779
Pagamentos de principal	(81.255)	(80.203)
Pagamentos de juros e atualização monetária	(28.493)	(35.644)
Saldo final	<u>266.850</u>	<u>345.105</u>

Os financiamentos possuem cláusulas financeiras restritivas ("covenants"), incluindo, entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor. As cláusulas restritivas e as garantias relacionados ao financiamento são os seguintes:

(a) Pela Brasil PCH S.A.

Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, as ações emitidas pela PCHPAR Participações S.A. de propriedade da Brasil PCH S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.

(b) Pela PCHPAR Participações S.A.

Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, as ações emitidas pelas PCHs de propriedade da PCHPAR Participações S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.

(c) Pelas beneficiárias (13 PCHs)

- (i) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos.
- (ii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à ELETROBRAS. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A., que atua como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação.
- (iii) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.
- (iv) Manter Índice de Capitalização Próprio (ICP) das controladas indiretas igual ou superior a 20% do investimento.
- (v) Manter durante todo período de amortização do financiamento o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior à 1,3 apurado nos demonstrativos financeiros consolidados da PCHPAR Participações S.A.

A Administração acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas e entende que em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas atenderam todas as cláusulas financeiras restritivas e que todas as garantias dadas estão em conformidade com o estabelecido no contrato.

19. EMPRÉSTIMOS - CCBS - PETROS

	Indexador	Controladora e Consolidado	
		31/12/17	31/12/16
Cédulas de Crédito Bancário (CCBs):	IGP-M + 9,9% a.a.		
Principal		318.300	368.575
Encargos		252.344	277.369
Total		<u>570.644</u>	<u>645.944</u>
Circulante - Petros		133.801	127.272
Não circulante - Petros		436.843	518.672
Total		<u>570.644</u>	<u>645.944</u>

Em 28 de fevereiro de 2007, em 28 de agosto de 2008 e em 30 de junho de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de CCBs de longo prazo em favor do Banco ABN AMRO Real S.A., nos respectivos montantes de, R\$192.000, R\$50.000 e R\$38.000, que foram transferidas pelo Banco ABN AMRO Real S.A. à Fundação Petros, com o objetivo principal de substituir a dívida de curto prazo anteriormente contratada através de Notas Promissórias.

Estas CCBs serão pagas em dez parcelas anuais de principal e juros, amortizadas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), a partir de 12 de março de 2012, considerados os quatro anos de carência.

Vencimentos dos empréstimos apresentados no passivo não circulante

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2019	133.801
2020	133.801
2021	133.801
2022	35.440
Total	<u>436.843</u>

Movimentação dos empréstimos

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Saldo inicial	645.944	652.954
Encargos provisionados	51.881	104.522
Pagamentos de principal	(28.000)	(28.000)
Pagamentos de juros e atualização monetária	(99.181)	(83.532)
Saldo final	<u>570.644</u>	<u>645.944</u>

As garantias são conforme se segue:

- (i) Penhor sobre as ações ordinárias de emissão da Brasil PCH S.A., nos termos do aditivo do Contrato de Penhor celebrado entre Chipley SP Participações S.A, a Eletroriver S.A e a BSB Energética S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A. e a Brasil PCH S.A..
- (ii) Após o período de construção, deverá utilizar os valores recebidos a título de dividendos, em razão de sua participação na PCHPAR Participações S.A., preferencialmente para o integral pagamento de todos os valores devidos de acordo com essa Cédula, nas datas de vencimento.

A Administração acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas e entende que em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atendeu todas as cláusulas financeiras restritivas e que todas as garantidas dadas estão em conformidade com o estabelecido no contrato.

20. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/16</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/17</u>
Provisão para compromissos socioambientais (a)	11.467	1.139	(547)	(257)	502	12.304
Provisão para medidas compensatórias (b)	6.637	532	(883)	(1.659)	735	5.361
Provisão para legalização de terras (c)	1.311	-	-	(14)	14	1.311
Provisão para indenização de terras (d)	<u>16.008</u>	<u>288</u>	<u>(3.224)</u>	<u>-</u>	<u>368</u>	<u>13.440</u>
	<u>35.423</u>	<u>1.958</u>	<u>(4.654)</u>	<u>(1.930)</u>	<u>1.619</u>	<u>32.416</u>
Passivo circulante	3.162					3.211
Passivo não circulante	32.261					29.205

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - Quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), o qual prevê área total a ser reflorestada pela Companhia. Para cumprir as exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda adquirir, aproximadamente, 488,54 hectares de terras. Adicionalmente, a Companhia ainda precisa realizar o reflorestamento em, aproximadamente, 675,28 hectares. Os PACUERAs de algumas centrais ainda estão em processo de aprovação por parte dos agentes licenciadores competentes.

- (b) Provisão para medidas compensatórias - Todas as PCHs do Grupo possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para legalização de terras - A Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras - Para realizar a construção da PCH, foi necessário a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	1.155	4.113
INSS a recolher	-	-	380	524
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)	-	-	548	437
Outros tributos a recolher	7	8	207	345
Total	<u>7</u>	<u>8</u>	<u>2.290</u>	<u>5.419</u>

22. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

(a) Composição da receita diferida

		31/12/17	31/12/16
Prêmio repactuação do risco hidrológico - 2015 a 2017	(a)	47.731	31.835
Exposição ao MRE - 2015 a 2017	(b)	23.170	13.601
Revisão Garantia Física	(c)	20.053	11.022
Total		<u>90.954</u>	<u>56.458</u>

(b) Movimentação da receita diferida

		31/12/16	Constituição	Atualização	31/12/17
Ajuste GSF - 2015 a 2017	(a)	31.835	15.896	-	47.731
Ajuste TEO - 2015 a 2017	(b)	13.601	9.331	238	23.170
Garantia física	(c)	11.022	8.852	179	20.053
Total		<u>56.458</u>	<u>34.079</u>	<u>417</u>	<u>90.954</u>

		31/12/15	Constituição	Realizações	Atualização	31/12/16
Ajuste GSF - 2015 / 2016	(a)	15.896	15.939	-	-	31.835
Ajuste TEO - 2015 / 2016	(b)	6.400	6.498	-	703	13.601
Garantia física	(c)	2.424	8.598	-	-	11.022
Garantia de piso de faturamento	(d)	3.145	-	(3.145)	-	-
Total		<u>27.865</u>	<u>31.035</u>	<u>(3.145)</u>	<u>703</u>	<u>56.458</u>

(a) Ajuste GSF - 2015 a 2017- Vide maiores detalhes nas notas explicativas 1.1 e 1.2.

(b) Ajuste TEO - 2015 a 2017- Vide maiores detalhes nas notas explicativas 1.1.

(c) Garantia física - Vide nota explicativa 1.3 para maiores detalhes.

(d) Garantia de piso de faturamento - Conforme contrato firmado entre a Companhia e ELETROBRAS, quando o faturamento do mês é inferior à 70% do faturamento base (considerando a garantia física do mês e desconsideramos os ajustes de faturamento), a ELETROBRAS garante o mínimo de 70% e realiza o desconto desta no ano subsequente à competência.

23. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da provisão da controladora e consolidado para riscos trabalhistas, tributários e ambientais era de R\$2.407 (em 31 de dezembro de 2016, R\$1.817). A variação das provisões para riscos no exercício está apresentada conforme movimentação a seguir:

	<u>31/12/16</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/17</u>
Trabalhista	445	43	(297)	191
Regulatório	676	223	(676)	223
Tributário	628	1.269	-	1.897
Cíveis	68	28	-	96
Total	<u>1.817</u>	<u>1.563</u>	<u>(973)</u>	<u>2.407</u>
Passivo circulante	1.372			972
Passivo não circulante	445			1.435

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Trabalhistas (a)	244	3.026
Cíveis (b)	3.987	3.445
Ambientais	96	96
	<u>4.327</u>	<u>6.567</u>

(a) O maior número de ações trabalhistas da Companhia refere-se à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (terceirização de mão-de-obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho.

(b) Existe ação de indenização, cujo valor da causa é expressivo, em que se discute o pagamento de indenizações por uso de área e reparação de danos a pescadores. As demais ações da Companhia estão relacionadas ao pagamento de valores decorrentes de contratos celebrados com fornecedores de serviços e produtos.

24. PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Em 4 de dezembro de 2014 a Brasil PCH S.A. e o BTG Pactual firmaram Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional de 15 MW médios mensais durante o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021. A Companhia identificou este contrato como sendo oneroso em função dos preços de compra de energia contratados serem maiores do que o preço de venda energia que a Companhia tem expectativa de obter no mercado.

Atualmente, a Companhia realiza a estimativa do contrato oneroso com base no valor da energia divulgado pela curva Dcide, referência no mercado quanto ao preço da energia. A provisão é constituída considerando os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, é ajustada a valor presente utilizando a taxa de mercado SELIC.

Apresentamos abaixo a movimentação ocorrida para o exercício de 2017:

	<u>31/12/16</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>31/12/2017</u>
Contrato compra de energia	<u>65.869</u>	<u>(19.767)</u>	<u>(12.612)</u>	<u>(1.030)</u>	<u>7.225</u>	<u>39.685</u>
	<u>65.869</u>	<u>(19.767)</u>	<u>(12.612)</u>	<u>(1.030)</u>	<u>7.225</u>	<u>39.685</u>
Passivo circulante	16.023					5.822
Passivo não circulante	49.846					33.863

(*) Refere-se a parcela de dezembro de 2017 transferida para outras obrigações com pagamento em janeiro de 2018.

Com base nas premissas acima elencadas, a Companhia possui a estimativa de desembolso futuro conforme abaixo demonstrado:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2018	6.035
2019	11.647
2020	14.126
2021	<u>15.662</u>
Total	<u>47.470</u>

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado é de R\$109.032 e está representado por 94.187.831 ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações ON</u>	<u>%</u>
Chiple SP Participações S.A.	48.035.794	51,00%
Eletroriver S.A.	32.306.426	34,30%
BSB Energética S.A.	<u>13.845.611</u>	<u>14,70%</u>
Total	<u>94.187.831</u>	<u>100,00%</u>

(b) ReservasReserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A reserva representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art.202 § 5 Lei 6.404, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

(c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Lucro líquido do exercício	203.736	61.352
(-) Reserva legal	<u>(4.932)</u>	<u>(3.068)</u>
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	198.804	58.284
Dividendos mínimos obrigatórios	(49.701)	(14.571)
Dividendos adicionais propostos	<u>(61.877)</u>	<u>(43.713)</u>
Reserva de retenção de lucros	<u>87.226</u>	<u>-</u>

Em 18 de abril de 2017 foram aprovados, em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária (AGE/AGO), os dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Dividendos a pagar

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	25.874
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	70.847
Dividendos pagos	<u>(50.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	46.721
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	93.414
Dividendos pagos	<u>(75.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>65.135</u>

26. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	424.587	400.776
Ajuste de garantia de piso de faturamento	-	3.145
Ajuste de garantia física	(9.031)	(8.598)
Ajuste de TEO	(9.569)	(6.498)
Ajuste recontabilização e consumo interno	(256)	-
	<u>405.731</u>	<u>388.825</u>
Deduções à receita:		
PIS	(2.637)	(2.526)
COFINS	(12.172)	(11.665)
	<u>(14.809)</u>	<u>(14.191)</u>
Receita líquida de vendas	<u>390.922</u>	<u>374.634</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e atualizações financeiras sobre empréstimos e financiamentos	(51.881)	(104.522)	(83.374)	(145.301)
Atualização contrato oneroso	(7.225)	(1.298)	(7.225)	(1.298)
Outras despesas financeiras	(70)	(6)	(1.939)	(2.944)
	<u>(59.176)</u>	<u>(105.826)</u>	<u>(92.538)</u>	<u>(149.543)</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	10.191	9.272	12.436	13.028
Pis e Cofins s/ receita financeira	(1.265)	-	(1.265)	-
Atualização depósito judicial e ativos vinculados - BNDES	-	-	2.340	8.419
Outras receitas financeiras	610	544	757	661
	<u>9.536</u>	<u>9.816</u>	<u>14.268</u>	<u>22.108</u>
	<u>(49.640)</u>	<u>(96.010)</u>	<u>(78.270)</u>	<u>(127.435)</u>

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	203.736	61.352	226.063	86.688
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(69.270)	(20.860)	(76.861)	(29.474)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	77.012	70.824
Efeitos de equivalência patrimonial	82.523	80.340	-	-
Crédito não constituído	(13.253)	(59.480)	(13.253)	(59.480)
Outros	-	-	(1.651)	368
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	(14.753)	(17.762)
Corrente	-	-	(15.326)	(18.130)
Diferido	-	-	573	368

A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante acumulado de R\$771 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$739 milhões em 31 de dezembro de 2016). Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido da Companhia é composto como segue:

	31/12/17	31/12/16
PIS / Cofins diferidos	4.844	4.165
IRPJ / CSLL diferidos	4.087	3.514
Total	8.931	7.679

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

29. INSTRUMENTO FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Hierarquia	Controladora		Consolidado	
	Valor Justo	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
<u>Ativos financeiros</u>					
Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	2	115.325	109.824	148.692	138.158
Contas a receber de clientes	2	-	-	55.848	43.745
Dividendos a receber	2	182.900	168.947	-	-
Outras contas a receber	2	480	406	656	445
Ativos vinculados – BNDES	2	-	-	27.737	28.891

	Hierarquia	Controladora		Consolidado	
	Valor Justo	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
<u>Passivos financeiros</u>					
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:					
Fornecedores	2	12	415	766	499
Empréstimos e financiamentos	2	570.644	645.944	837.494	991.049
Dividendos a pagar	2	65.135	46.721	65.135	46.721
Outros passivos	2	1.509	1.688	1.652	1.784

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois:

- (a) as taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado para transações de natureza semelhante; e/ou
- (b) o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às das demonstrações financeiras.

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de financiamentos contratados na Controladora (IGPM) e nas controladas (TJLP).

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (6,89%), TJLP (6,75%) e IGPM (4,86%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2018. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

Consolidado						
Operação	Exposição 31/12/17	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira	148.676	Diminuição do CDI	Resultado	10.244	7.683	5.122
Ativos vinculados ao BNDES	27.737	Diminuição do CDI	Resultado	1.911	1.433	956
Empréstimos - BNDES	(266.850)	Aumento da TJLP	Resultado	(18.012)	(22.515)	(27.019)
Empréstimos - Petros	(570.644)	Aumento do IGPM	Resultado	(27.733)	(34.667)	(41.600)
				<u>(33.590)</u>	<u>(48.066)</u>	<u>(62.541)</u>

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve transferência entre avaliação de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre nível 2 e nível 3.

30. COBERTURA DE SEGURO

Seguro Directors & Officers (D&O)

A Companhia contratou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2018 e cobertura no montante de R\$30.000, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs, controladas indiretas da Companhia, contrataram cobertura de seguro no valor de R\$40.000 com vigência até 28 de abril de 2018 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2017, com vigência até 27 de junho de 2018, as controladas indiretas, renovaram a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$1.910.215, lucros cessantes no montante de R\$340.152, linha transmissão R\$95.706 e Barragens R\$462.382, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros da Companhia e suas controladas não foi examinada pelos auditores independentes.

31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	2.270	13.679
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	1.958	7.566
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de depósitos judiciais	-	-	2.073	-
Constituição de dividendos adicionais aprovadas e dividendos mínimos obrigatórios a pagar	93.414	70.847	93.414	70.847
Constituição de dividendos adicionais aprovadas e dividendos mínimos obrigatórios a receber	226.004	203.577	-	-
Transferência entre ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	2.338	79
Transferência entre provisão para contrato oneroso e outras contas a pagar	1.030	-	1.030	-
Baixa de ativo imobilizado em contrapartida à rubrica de fornecedores	-	-	-	1.780

32. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 20 de março de 2018.

Composição do Conselho de Administração

Cristiano Corrêa de Barros - Presidente
Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho - Conselheiro

Paulo Celso Guerra Lage - Conselheiro

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz – Diretor Presidente

Cristiano Corrêa de Barros - Diretor

Contador

Leandro Moreno Cordeiro
CRC MG - 067309/O-7